



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

EMENDA Nº
(ao PL 5582/2025)

Acrescente-se, onde couber, no Projeto o seguinte artigo:

“**Art.** Os valores depositados a qualquer título em procedimentos de natureza criminal serão transferidos pela instituição financeira responsável, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente de qualquer formalidade, para a União, os Estados ou o Distrito Federal, ficando à disposição dos respectivos fundos.

§ 1º Os recursos de que trata o *caput* ingressarão na disponibilidade financeira do ente federativo, mantida a vinculação ao processo de origem.

§ 2º Deferida a restituição, o pagamento será realizado em até 3 (três) dias úteis, na forma do art. 39, § 4º, da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

§ 3º Transitada em julgado a sentença de perdimento ou de destinação definitiva, o montante será convertido em renda, resguardados os direitos de terceiros de boa-fé e de lesados.

§ 4º Os saldos de depósitos judiciais existentes antes da vigência desta Lei deverão adequar-se ao disposto neste artigo no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição objetiva modernizar e uniformizar a gestão dos depósitos judiciais, estendendo a todos os procedimentos criminais a lógica financeira já consagrada na Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006, art. 62-A, § 1º), na Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei nº 9.613/1998, art. 4º-A, § 4º, I, b) e recentemente na Lei nº 14.973/2024 (art. 35, § 2º).



Sob a ótica da eficiência estatal, a proposta encerra a ociosidade de recursos que hoje ficam paralisados em contas bancárias aguardando o trânsito em julgado. Ao ingressarem imediatamente na disponibilidade do Tesouro, esses valores passam a financiar, de imediato, ações e programas dos fundos de segurança pública e combate ao crime organizado, permitindo que o Estado utilize o fluxo financeiro contra a própria criminalidade, sem prejuízo da vinculação processual.

Nesse contexto, vislumbra-se um potencial financeiro expressivo, estimado na ordem de dezenas de bilhões de reais, atualmente imobilizados em processos judiciais em andamento. A medida viabilizaria que esse montante vultoso fosse disponibilizado, a curto

Sala das sessões, 8 de dezembro de 2025.

Senador Humberto Costa
(PT - PE)

